

A CONFIGURAÇÃO DE UM DESLOCAMENTO: A PRÁTICA DA ESCRITA DE CARTAS EM CAPISTRANO DE ABREU*

Fernando José Amed

FACOM /FAAP- Doutorando em História Social – FFLCH/USP

Resumo

João Capistrano de Abreu (1853 – 1927), vem sendo costumeiramente apontado pela historiografia, como um historiador que não justificou o vulto de seu conhecimento, em uma obra escrita de tamanho e peso. O aprofundamento na correspondência do intelectual, no entanto, sinaliza que Capistrano de Abreu não se ajustou às práticas de pesquisa e divulgação de conhecimento, oferecidas na virada do século XIX para o XX, em nosso país. Nesse sentido, pelo uso que o historiador fazia da correspondência – comparável em volume, com a obra publicada em vida por Capistrano –, acreditamos que o intelectual tenha se sentido mais à vontade para declinar o seu amplo conhecimento, de uma forma privada.

Palavras-Chave

Historiografia brasileira • Correspondência • Sociabilidade Intelectual

Abstract

João Capistrano de Abreu (1853-1927) often is treated by historians as a scholar whose great knowledge did not result in an equally great number of publications. However, in analyzing this intellectual's abundant correspondence, we find that Capistrano de Abreu did not conform to the procedures of historical research and writing commonly practiced in Brazil during the late nineteenth and early twentieth centuries. His use of private correspondence, which was comparable in volume to his published work, suggests that perhaps this intellectual was more at ease in sharing his vast knowledge through private rather than public channels.

Keywords

Brazilian historiography • Correspondence • Intellectual Sociability

* O presente artigo, com algumas alterações pontuais, foi desenvolvido a partir de minha dissertação de mestrado em História Social, *História ao portador: interlocução privada e deslocamento no exercício de escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, que, sob a orientação do Prof. Elias Thomé Saliba, foi apresentada em maio de 2001, junto ao Depto. de História-FFLCH/USP.

“Pretendo voltar à História do Brasil, mas sem gosto, como um boi que vai para o açougue. No prólogo de *Fausto* há um verso que sempre me comove: como Goethe, não terei o livro lido por aqueles que mais quisera. E além disso a questão terebrante: o povo brasileiro é um povo novo ou um povo decrépito? E os fatos idealizados pelo tempo valem mais que os passados atualmente?” Carta de Capistrano de Abreu para Mário de Alencar, datada de 18 de janeiro de 1911. (Abreu 1954: 226)

Ao fazer a doação das cartas recebidas por Capistrano à Biblioteca Nacional, poucos meses após a morte do amigo cearense, o historiador português, João Lúcio de Azevedo, chamava a atenção para a importância que as cartas possuíam, tanto para o conhecimento de um dos maiores historiadores do Brasil, quanto para a própria história brasileira. Na epístola, enviada ao diretor da Biblioteca Nacional, Mário Behring, em 7 de março de 1928, João Lúcio dizia que, as cartas,

“encerram curiosas particularidades sobre o viver e pensar do escritor e poderão servir utilmente a quem um dia pretender traçar o perfil de uma figura de tanto prestígio entre os estudiosos”. (Abreu 1954: IX)

Por que Capistrano teria se dedicado tanto à correspondência, é uma pergunta que logo se coloca quando nos detemos na produção epistolar deste historiador. Demonstrou uma dedicação incomum às cartas, o que está sinalizado no volume que escreveu, especialmente entre os anos de 1880 e 1927¹. Este material escrito ganha relevo, inclusive e especialmente, se cotejado com a produção pública de Capistrano, podendo-se dizer que rivalizam em quantidade. Mas, mais do que isso, foi no cotejamento com seus textos públicos que se percebeu a grandeza da correspondência do historiador. E se o valor das considerações que Capistrano dispunha nas suas cartas, não foi analisado com acuidade por seus mais conhecidos biógrafos e analistas, o mesmo não se pode dizer daqueles que o conheceram e que foram seus correspondentes.

¹ Esse é o período coberto pelos três volumes editados de sua correspondência.

Algumas hipóteses podem ser ponderadas no intuito de se cercar os motivos que teriam levado Capistrano a se dedicar, de uma maneira mais dedicada, à escrita de epístolas. Capistrano nunca saiu do Brasil e, pela profundidade de sua pesquisa ou pelas questões que levantava, isso seria necessário. As cartas poderiam então cumprir a função de ligar o historiador aos arquivos e bibliotecas internacionais. Conhecedor do destino de vários documentos, especialmente aqueles atinentes aos séculos XVI e XVII brasileiros, Capistrano se dedicava em muito ao pedido de cópias ou cotejamento de documentos que julgava existirem no Brasil, valendo-se das amizades que se encontravam fora do país. João Lúcio de Azevedo e Lino de Assunção, por exemplo, o auxiliavam, uma vez que estavam em Portugal. Paulo Prado poderia eventualmente responder pela França e Inglaterra.

A leitura atenta que fez de Varnhagen, antes de 1878, ano de sua morte e mais tarde, quando convidado a fazer uma edição anotada da *História Geral do Brasil* em 1903, talvez o permitisse supor onde se encontrava determinado original ou cópia de documentos. O trabalho que realizou para a Biblioteca Nacional na Exposição de História e Geografia do Brasil em 1881, se não foi resultado de conhecimento prematuramente acumulado sobre a documentação histórica do país, também o orientou sobre a provável localização de inúmeros textos relacionados à história do Brasil. Possuidor incansável da aspiração de lançar luz àquilo que dissesse respeito ao passado brasileiro, Capistrano também se servia da correspondência como meio de acesso suposto às fontes que buscava.

O fato de Capistrano não ter manifestado o desejo de saída do Brasil, bem como a profunda integração entre seu trabalho e os temas das cartas que enviava, sinalizava quem sabe, uma explicação para o fato de Capistrano possuir tamanha correspondência. Questões familiares também poderiam ter pesado para que Capistrano permanecesse no Brasil e daqui estabelecesse a sua “rede de pesquisa”. A perda da esposa com apenas nove anos de casamento e o fato de possuir quatro filhos para criar, podem igualmente ter pesado nessa decisão. Os vínculos profissionais não o seriam, ao menos, especialmente, a partir de 1899, quando foi posto em disponibilidade no então Colégio Nacional, antigo Pedro II. A partir de então, sem a obrigação do cumprimento de horários junto às instituições, o que possuía eram vínculos de trabalho mais informais: pedidos de estabelecimentos de documentos, textos para coleções (tal foi o caso dos *Capítulos de História Colonial*), traduções, prefácios ou artigos para jornais. O trabalho sobre as línguas bacairi e kaxinawá, talvez fosse aquele que mais tivesse mobilizado Capistrano neste período, e isto pelo fato de ter de estar

com os índios remanescentes dessas tribos a fim de cotejar o seu estágio de conhecimento sobre a língua e costumes desses povos. Mesmo assim, era de se supor que Capistrano pudesse se afastar do Brasil. Os convites para a saída do país existiram. Na correspondência a João Lúcio, há a menção a uma pessoa – José Pinto Guimarães - que desejava levar Capistrano para a Alemanha, primeiramente, e depois para a Suíça. Nessa carta, escrita entre 25 e 26 de junho de 1918, Capistrano indicava o seguinte:

“Há dois meses, na Avenida Rio Branco, dirigiu-se muito apressado para falar o Paulo Prado. Disse que, obrigado a ficar em casa por um acesso de gota, lera meus *Capítulos* e achara seu caminho de Damasco, e convidou-me para almoçar com um amigo que desejava muito conhecer-me. Chama-se José Pinto Guimarães, é rio-grandense, foi até o ano passado secretário da legação na Alemanha, agora vai como cônsul geral em Zürich. Verifiquei ser o mesmo de quem recebera há tempos, antes da guerra, um recado: que fosse para Berlim, que durante todo o tempo ficaria lá todo o tempo[sic] que quisesse sem a mínima despesa: continua com a mesma idéia: agora quer levar-me para Zürich. São simpatias que afinal vexam: nascem espontaneamente e quando o real não combina com o ideal: aqui-del-rei, estou roubado.” (Abreu 1954a: 102)

A possibilidade de que Capistrano tenha ficado no Brasil por conta de sua família deve ser ponderada. Neste sentido, contamos com um registro em uma de suas cartas enviadas a Mário de Alencar, e escrita no dia 9 de janeiro de 1910. Dentro de um contexto em que contava para Mário, os sentimentos que lhe provocaram a decisão de sua filha Honorina, de entrar para o convento, Capistrano se revia e dizia com angústia:

“Considero-me uma ave qualquer que desde vinte anos outra coisa não faz senão perder penas; as novas não substituem as antigas, e o vôo faz-se cada vez mais rasteiro. E lá um dia virá, sobre todos desejado, em que cesse a faculdade de voar. Eis o meu caso, querido Mário. Não sou pessimista, não sou otimista, sou um conformista, quem sabe? Um satisfeito, mas hoje gosto tanto de não ser obstrutivo! Se não fosse Matilde, creio que não moraria no Rio, e iria travar alhures relações banais, que são as mais seguras, pois substituem-se.” (Abreu 1954: 215)

Mas Matilde se casa, Fernando, já casado, faleceria em 1918, e com Honorina no convento, e Adriano não mais dependendo do pai, Capistrano não saiu do Rio de Janeiro, salvo nas suas várias viagens que fazia por questões de saúde ou de trabalho. O trecho acima citado, se evidentemente não nos responde integralmente a dúvida acerca da permanência de Capistrano no Brasil, ao menos nos sinaliza que o historiador devotava atenção para com sua família, fato, aliás, bastante mencionado em suas cartas.

Fosse por motivos familiares, ou não, talvez não tenha saído do Brasil por não entender que isso fosse necessário. Ao menos não parecia demonstrar que se tratasse de um problema ou obstáculo àquilo que desejava atingir no estudo da história do Brasil. Dos problemas que dispôs perante seu trabalho, o primeiro dizia respeito à dificuldade de se encontrar determinados documentos. E muitas vezes, eles não estavam aqui nem em nenhum outro local do mundo. Mas se um determinado documento existisse, e Capistrano conseguisse recuperar o seu destino, era bem provável que algum de seus correspondentes pudesse encontrá-lo, uma vez que a busca era bem sinalizada pelo historiador cearense. Nesse sentido, Barbosa Lima Sobrinho, que teve um contato superficial com as cartas de Capistrano, antes que estas fossem publicadas, apontava que:

“(...) sem sair do Brasil, Capistrano de Abreu tinha, na memória, uma espécie de catálogo, ou de guia dos arquivos estrangeiros, sobretudo os de Portugal. Impressiona, na sua correspondência, verificar que ele sabe onde devem estar os documentos que precisa. Escreve, daqui, aos amigos como se acabasse de regressar de longas estadias nesses países e de prolongado manuseio de suas coleções de documentos.” (Sobrinho 1955: 73)

A referência que Lima Sobrinho fez ao catálogo que Capistrano devia ter na memória, não deve ser apenas uma figura de linguagem. Como funcionário que fora da Biblioteca Nacional, Capistrano era um leitor assíduo dos catálogos de várias bibliotecas, por exemplo, de Lisboa, Évora ou Sevilha. Além disso, costumava observar quando os autores de obras de história citavam a localização de um documento numa determinada biblioteca. Daí para encaminhar a checagem numa carta a algum correspondente que estivesse fora do Brasil, era apenas um passo.

O zelo era de tamanha ordem, que Capistrano inclusive se preocupava em indicar o copista bem como o preço médio estipulado para a cópia. Na verdade, o historiador operava com baixos custos: na maioria das vezes suas pesquisas

eram patrocinadas por amigos, como Paulo Prado, por exemplo. Uma demonstração destas preocupações – que apareceram por várias vezes nas cartas de Capistrano – pode ser observada numa carta enviada para João Lúcio de Azevedo, datada de 30 de junho de 1916:

“Quando vivia Lino de Assunção, mais de uma vez pedi e recebi de Portugal cópias a preços módicos. Mais tarde incumbi a um amigo, que ia para a Europa, de me trazer dois documentos, e chegaram em tais condições que não me animaram a repetir a experiência. Lino mandava fazer as cópias por pessoas cujas aptidões conhecia, o que para meus estudos era suficiente. Meu amigo trouxe-as legalizadas, autenticadas, como se se tratasse de questão judiciária. Daí a diferença escandalosa. Creio que será possível obter cópias nas condições do Lino (...). Se os seus trabalhos lhe permitissem tomar a maçada de procurar copista adequado, desejaria que as cópias fossem feitas só de um lado do papel para facilitar a impressão, que viessem à medida que fossem terminadas, registradas e acompanhadas das notas das despesas, que seriam logo satisfeitas.” (Abreu 1954a: 12-13)

Mas se não saiu do Brasil em nenhum instante de sua vida, o historiador parecia simular esta situação através da correspondência. E nesse sentido, é digna de nota a organicidade presente entre sua vida e a escritura de epístolas. Capistrano deveria passar de uma leitura para outra, daí para as suas anotações e destas, quem sabe, para as cartas, de tal forma elas parecem integradas ao trabalho que realizava. Se o que estava fazendo era a tentativa do estabelecimento da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, as cartas a Lino de Assunção parecem ser apenas um desdobramento do estudo. Capistrano indicava as páginas ou trechos expressos dessa obra, sinalizando a Lino onde poderiam ser encontrados. Se o estudo estava se concentrando nas *Confissões e Denúncias da Bahia*, as cartas a João Lúcio de Azevedo expunham dúvidas, pedidos de interlocução e exploravam o estágio atual de seu conhecimento. Para se ter uma idéia, vejamos alguns trechos da correspondência de Capistrano de Abreu, como este, de uma carta enviada a Lino de Assunção, datada do dia 12 de março de 1885:

“A história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa. (...) Disse-me o Leal

que na Biblioteca Nacional existem dois volumes Mss. de cartas dos Jesuítas. (...) Incluo uma lista, – a mais completa que pude organizar, - dos documentos extraídos da Torre do Tombo e que aqui existem para veres o que há de novo por lá ainda não conhecido aqui (...). (Abreu 1956: 306-307)

Ou este outro, retirado de uma carta enviada ao amigo João Lúcio de Azevedo, datada de 10 de fevereiro de 1917:

“Desejo os documentos sobre o navio de João de Souza, expedido de Pernambuco por Martim Afonso, e os de Pero do Campo Tourinho, com que espero fazer surpresa à gente da Bahia. Desejaria também o que houver a partir de 1580, até antes da guerra holandesa.” (Abreu 1954a: 32)

Este, retirado de uma carta enviada ao Barão de Rio Branco, escrita no dia 25 de novembro de 1886:

“Agora peço licença a V. Ex.^a para fazer um novo pedido (...) foi publicado, há pouco tempo, o *Catálogo dos Mss. Espanhóis do British Museum*, organizado por D. Pascual de Gayangos. Não haverá nele indicada muita coisa sobre o Brasil?”. (Abreu 1954: 103)

E, finalmente, este último, sinalizado em uma carta enviada para Oliveira Lima, datada do dia 25 de setembro de 1900:

“A respeito das estradas da Bahia infelizmente restam-me dúvidas sérias que não sei como resolver. Talvez a solução se encontre aí em Londres. Existiriam no British Museum mapas da Bahia e Rio de S. Francisco dos últimos anos do século XVII e começo do século XVIII?”. (Abreu 1956: 13)

Mas, além da solução pragmática de seus dilemas de pesquisa, entendemos que a prática da escrita de cartas tenha sido para Capistrano, quase que uma maneira de oxigenar a sua aspiração por interlocução, não só acerca dos assuntos profissionais, mas igualmente dos temas mais particulares e privados. Pela abertura que tinha ao tratar das pessoas que cita – eminentes políticos, ocupantes de cargos públicos de destaque, escritores ou intelectuais de sua época –, pensamos que este espaço tenha permitido a Capistrano, manifestar

sua personalidade de uma maneira mais direta e menos problemática. Um exemplo nesta direção, pode ser percebido numa carta que enviou para Quinquim, filha de Lídia e Assis Brasil, amigos íntimos de Capistrano. Era o ano de 1919, muito próximo então, dos fortes sentimentos provocados pela perda de seu filho Fernando. Assim Capistrano se dirigiu à amiga:

“Bucólica Kiki, sua imagem aparece de preferência às horas da tarde, entregue às lidas de pastora, governando o gado manso, que tem em comum com os brasileiros não saber se governar pela própria cabeça. Sinto então um momento de saudades e interrompo o desencanto em que vivo. Amigos, conversas, passeios, livros, tudo passa e tudo é vão: quem afinal fica reduzido a si próprio é que vê a realidade e conhece como tudo é insuficiente. *Is life worth living?*”. (Abreu 1956: 71)

Pelo que se observa, havia uma interação entre a produção de Capistrano, o seu próprio estado de espírito e a prática de escrita de suas cartas. Essa interação se acentua, na medida em que se percebe a proximidade entre seus projetos e os assuntos mais pessoais que abordava em suas cartas. As epístolas de Capistrano, de uma maneira geral, e diferenciadas de acordo com o correspondente a quem se dirigia, expunham não só o percurso de seu trabalho, mas as dificuldades mais prosaicas que passava, fossem da ordem de sua saúde ou afeitas ao espírito. Visto como pessoa obscura, Capistrano se mostrou mais abertamente em suas cartas o que fazem, evidentemente, com que se constituam em fontes de primeira grandeza para aqueles que se detêm no estudo da personalidade do historiador.

Em uma carta enviada para Mário de Alencar datada de “12 ou 13 a ½ da madrugada de janeiro de 1920”, Capistrano apontava o seguinte:

“Que carta longa! Dirá V., se tiver a paciência de chegar até aqui. Bem longa mesmo! A culpa é da insônia. Preferi, a ler, conversar um pouco.” (Abreu 1954: 219)

O comentário solto, aparentemente despropositado e, após de fato ter escrito uma de suas maiores cartas, pode ter traído um sentimento contido no historiador, notório obsessivo pela leitura e que a trocava pela conversa, digase, a escrita de uma carta. Evidentemente que este pequeno trecho de Capistrano, não teria o dom de constituir-se num argumento razoável que desse conta

dos motivos – se é que existiram – para que o historiador tanto se dedicasse à correspondência. Podemos, no entanto, sugerir, que Capistrano também aspirasse através das cartas, a constituição de um sentimento de amizade de sociabilidade ou de aproximação frente às pessoas que gostava. Nesse sentido, vale a lembrança de que, nas cartas, Capistrano não só se dedicava ao trabalho, mas também à amizade que nutria por alguns de seus correspondentes. Arriscaríamos dizer, que Capistrano experimentava sensações raras, e talvez únicas, no exercício da troca de cartas. E estes sentimentos, pelo que pode se depreender do que foi dito pelos biógrafos do historiador, não eram corriqueiros, nem tinham vazão em outros espaços sociais. Conhecido por um certo isolamento, Capistrano deveria exercer grande parte de sua interlocução através das cartas. Nesta direção, algumas vezes reclamava por uma resposta de algum destinatário, como por exemplo, Ramos Paz, como se percebe nesse trecho retirado de uma carta escrita no dia 12 de abril de 1905:

“Não tenho tido cartas suas nem tido recebido notícias. Na última, avisava-me que iria aquela semana à Torre do Tombo mandar fazer as cópias. Tenho esperado por elas todos os vapores.” (Abreu 1954: 23)

Ou Afonso Taunay, nesse trecho de uma epístola de 1917:

“Esperava sua carta mas vejo que V. anda preguiçoso. Não se esqueça de me ver aquilo que já lhe pedi na documentação inédita do Morgado.”. (Abreu 1954: 280)

E finalmente, para Lino de Assunção, neste trecho de uma carta de 1886, que apontava alguma ironia de Capistrano:

“Tens-te fartado de festas a valer pelo que vejo dos telegramas, de sorte que acho a coisa mais natural do mundo que nos hajas inteiramente esquecido. Se nos mandares já alguma coisa pelo vapor de 10, será para nós uma surpresa, e muito agradável; bem podes suportar.” (Abreu 1956: 334)

Na medida em que muitas de suas cartas apresentavam um prolongamento de seus trabalhos, pode-se supor que o historiador tenha encontrado um meio de satisfazer suas intenções profissionais, ao mesmo tempo em que tenha se deparado com uma forma de se sentir à vontade – o que talvez não ocorresse

em meio aos horários e obrigações institucionais. Há notoriedade em se afirmar que o estado de espírito de Capistrano era sujeito a grandes variações e, em suas cartas, por vezes se remete a um torpor ou preguiça que tomavam conta de si próprio. Mas acima de tudo, Capistrano parecia expor com mais liberdade a sua personalidade, o que não faria tão abertamente de outra forma. Seus biógrafos e comentadores não escondem os desgostos de Capistrano para uma homenagem ou comenda que viesse a receber. Suas cartas também podem indicar que Capistrano, talvez estivesse na capital do país, muito mais pelas possíveis facilidades profissionais – num sentido mais particular e preciso, no interior da personalidade do historiador não desejoso do prosseguimento de uma carreira – e não pela vida social, que também sinalizava uma certa possibilidade de crescimento no meio em que vivia. Capistrano se indispunha contra as baixulações, conferências ou palestras que somente demarcavam o poder pessoal, de um ou outro participante ou promotor.

Quando saía do Rio, e por várias vezes, levava consigo o material que estava trabalhando neste momento. Se este trabalho fosse sobre a língua dos bacairis, os índios o acompanhavam. A esse respeito, em 1893, veja-se o que Capistrano reportava ao amigo Assis Brasil:

“Desde o dia 14 estou aqui na Serra dos Órgãos, a 800 metros do nível do mar, a 6 horas da estação mais próxima da estrada de ferro, a 2 dias dos jornais e do pão fresco. Aqui vim procurar o sossego moral, que há um ano me faltava, e trabalhar. Tenho trabalhado efetivamente: estou estudando bakaeri com um índio do Mato Grosso e já vou bastante adiantado; estou estudando guarani, que desta vez espero conseguir furar; estou, além disso, traduzindo para a nossa coleção o livro do Dr. Goeldi sobre aves do Brasil, e já vou bem adiantado². Foi o Dr. Goeldi quem me arranhou casa aqui, onde tenho, de graça, verdura quanto a criada pede, e lenha quanto o índio vai buscar no mato. O mais tudo compro no depósito, na colônia. Vim com meus cinco filhos, duas criadas e o índio, o que quer dizer que somos 9 pessoas. Ora, nossa despesa semanal é de 50\$, uma maravilha de barateza.” (Abreu 1954: 83)

² Capistrano foi o tradutor dos trabalhos de Emílio Augusto Goeldi; faziam parte da série *Monografias Brasileiras, Os Mamíferos do Brasil e As Aves do Brasil*, este em dois volumes, de 1894 e 1900, parte previamente divulgada no *Jornal do Comércio*, naquele ano.

Buscava refúgios também por conta de seu estado de saúde e muitas vezes procurava as regiões servidas pelas águas, nas fronteiras de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Vinha a São Paulo que admirava e também o fazia por trabalho: aqui estava Paulo Prado e antes dele, Eduardo Prado, de quem inclusive cuidou da biblioteca após o falecimento. Encontrava-se com Martim Francisco Ribeiro de Andrada em São Bernardo e com Domingos Jaguaribe em São Vicente. É claro que a prática da correspondência continuava e são várias as suas cartas escritas dos locais onde se encontrava, em pesquisa ou a passeio. Em uma destas viagens, em 1920, para se ter uma idéia, Capistrano relatava a Paulo Prado como estava se dando em Caxambu:

“Fiz bem em ir a Caxambu. Quem quer vai para hotéis caros, obrigado à diária de 20\$ ou pouco menos, com roleta, danças, música, excursões a cavalo e *flirt*. Dizem que a coisa não passa disto, embora às vezes plantem verdes para colher maduros além da Mantiqueira. É a vida racional: os aquáticos precisam de mudar de pele, ou deixar o veneno, como fazem as cobras quando vão beber.” (Abreu 1954a: 396)

Evidentemente deve-se tomar alguns cuidados, no sentido de não se superestimar a importância da correspondência de Capistrano no interior de sua vida de pesquisador. A correspondência não era certamente o único canal de estabelecimento da teia de pesquisa de Capistrano. A troca e a interlocução deveriam igualmente se manifestar entre ele e, por exemplo, Rodolfo Garcia, aquele que continuaria, tanto o trabalho das anotações à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, quanto os estabelecimentos dos volumes da Série Eduardo Prado. Mas Rodolfo Garcia vivia no Rio, assim como Manoel Said Ali, também professor do Pedro II e que foi de grande valia nos trabalhos em torno das línguas kaxinawá e bacairi. Mas, não foram poucos os projetos de Capistrano que levaram suas pesquisas para fora do país, uma vez que costumava se deter nos assuntos relativos aos séculos XVI e XVII. Era necessário que suas buscas o conduzissem aos arquivos portugueses onde João Lúcio ou Lino de Assunção teriam a facilidade da locomoção. Parece-nos que, no caso destas relações, a correspondência cumpria o papel da plena interlocução, uma vez que não houve nenhum momento de encontro real destes historiadores com Capistrano de Abreu.

Nestes contatos, o que se revelaria era uma grande reciprocidade havida entre Capistrano e seus correspondentes. A correspondência permitia que hou-

vesse, não só o intercâmbio de textos, bem como a ponderação de seus elementos qualitativos. Nesse aspecto, os trabalhos de Capistrano para com Paulo Prado ou João Lúcio, eram acompanhados de lado a lado. Estes historiadores refletiam sobre a pesquisa que Capistrano realizava e o mesmo era feito pelo historiador cearense. No que dizia respeito a esta avaliação conjunta do trabalho, não acreditamos que haja algo de novo uma vez que, como colegas, envolvidos em atividades ou projetos comuns, o natural é que existisse uma interlocução. Evidentemente, a importância maior desta troca de informações é o fato dela estar presente copiosamente, nas cartas enviadas por Capistrano para estes pesquisadores. E por se tratar de um elemento valioso para a aproximação, tanto da prática do historiador quanto para a de seus correspondentes, a correspondência de Capistrano, mesmo que com o risco de ter superdimensionada a sua importância, nos abre a obsessão do historiador pela pesquisa. E a maneira com que buscava a reflexão sobre algum aspecto da história ou a luta para que se encontrasse determinado texto ou documento, nos levam à formação deste juízo.

A rede de pesquisa constituída na correspondência de Capistrano de Abreu pode ser mensurada pelos trabalhos que foram encaminhados a partir das cartas. Em primeiro lugar, as cartas de Capistrano a Lino de Assunção entre os anos de 1885 a 1893 (Abreu 1946);, aquelas dirigidas a João Lúcio de Azevedo entre os anos de 1916 e 1927 (Abreu 1954a: 9-385) e a correspondência para com Rodolfo Garcia realizada entre os anos de 1919 e 1927 (Abreu 1954a: 486-500) trazem elementos que concerniam à pesquisa nos arquivos portugueses com vistas à edição da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, documento que foi estabelecido por Capistrano de Abreu e que começou a ser publicado em capítulos no *Diário Oficial* entre os anos de 1886 e 1887. A primeira edição completa da obra sairia em 1889, sendo que Capistrano ainda daria uma outra edição em 1918, acrescida de um prefácio e de prolegômenos que antecederam cada um dos cinco livros que compunham o trabalho do jesuíta. A trajetória rumo ao estabelecimento e publicação desta obra – que remonta à Exposição de História e Geografia, aberta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1881, no dia do aniversário de Pedro II a 2 de dezembro³ – encontrou-se fartamente narrada nestas cartas. Mesmo que o *Catálogo da*

³ A exposição ocorreu até 2 de janeiro de 1882.

Exposição de História do Brasil fosse tomado como o ponto alto desta exposição, a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador tornou-se o centro das atenções. No prefácio que deu à edição da obra em 1918, Capistrano expôs como este texto chegou até a Biblioteca Nacional e como conseguiu editá-lo de 1889. Na correspondência a Lino de Assumpção, Capistrano abordava os problemas que enfrentava com o então Diretor da Biblioteca Nacional, Saldanha da Gama - que não desejava que fosse dada a edição da obra de Frei Vicente do Salvador por Capistrano (Abreu 1956: 328-333) -, e a prática de pesquisa nos arquivos portugueses, por conta de seu desejo de dar uma edição ao público deste documento - o primeiro livro de história do Brasil, feito por um brasileiro, e que levava como título, o nome do país. Nas cartas endereçadas a João Lúcio, Capistrano estava às voltas com a segunda edição da obra e, neste sentido, eram retomadas as questões que envolviam a procura pelos trechos que faltavam no texto de Frei Vicente, bem como o procedimento técnico de pesquisa, fosse da escolha do copista de documentos ou dos trabalhos de edição dos exemplares em São Paulo.

Em segundo lugar, a pesquisa, o pedido de cópias e o estabelecimento de quatro documentos que fizeram parte da “Série Eduardo Prado: Para Melhor se Conhecer o Brasil”, *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*, de Claude d’Abbeville, *Confissões da Bahia*, resultantes da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, em 1591-92, as *Denúncias da Bahia* de 1591-1593 que também faziam parte da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil e o *Diário de Pero Lopes de Souza (1530-1532)*. A correspondência destinada a João Lúcio de Azevedo bem como, aquela dirigida a Paulo Prado (Abreu 1954a: 386-485), trazia dados de pesquisa, qualificação e caracterização de fontes, além de elementos que diziam respeito à própria prática de coleta de documentos, do processo de obtenção dos mesmos que se encontravam em arquivos portugueses e da própria prática de edição destes textos. Nesse sentido, a correspondência com Paulo Prado e João Lúcio enfatizava aspectos que iam da escolha de copistas, dos tipos adequados à melhor impressão, da quantidade da tiragem, considerada ínfima por Capistrano, e das editoras que poderiam realizar o trabalho. Os prefácios de Capistrano de Abreu aos respectivos volumes (Abreu 1932) desta coleção também perfazem importantes materiais de consulta quando associados às cartas que escreveu.

Em terceiro lugar, a correspondência de Capistrano de Abreu bem como alguns de seus artigos de jornal e prefácios, nos deram indicações quanto às descobertas que fez de que Fernão Cardim era o autor de *Do Princípio e*

Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e cerimônias, de que Brandônio era o real autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* e, finalmente, da descoberta de que André João Antonil, o autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, era de fato João Antonio Andreoni. Para o caso de Fernão Cardim, temos a Introdução dada por Capistrano de Abreu na 1ª edição de 1881, presente nos *Ensaaios e Estudos (crítica e história)*, 1ª série (Abreu 1931: 179-191) além de um artigo publicado no *O Jornal* de 27 de janeiro de 1925, constante da 2ª série dos *Ensaaios e Estudos (crítica e história)* (Abreu 1932: 323-340). A referência à descoberta que concerne à obra de Brandônio se encontra no estudo publicado sob o título “Revistas Históricas” no *Jornal do Comércio* de 24 de novembro de 1900 e de 24 de setembro de 1901 e é texto que consta da 1ª série dos *Ensaaios e Estudos (crítica e história)* (Abreu 1931: 299-336). A identificação de Antonil se encontrava relatada em especial, mas não somente, na correspondência com João Lúcio de Azevedo (Abreu 1954a: 223). Destas buscas e descobertas de Capistrano, esta última é a que se encontra mais referenciada nos textos de seus comentadores, principalmente aqueles que puderam tomar contato com sua correspondência, uma vez que somente ali, o caso da descoberta se encontra narrado por Capistrano. Apesar de ser o identificador de Antonil, coube a Afonso de Taunay o estabelecimento de *Cultura e Opulência* (Abreu 1954a: 223), o que não entusiasmou Capistrano à elaboração de um estudo mais aprofundado sobre a obra, como ele próprio relataria em suas cartas.

Em quarto lugar, a correspondência com João Lúcio de Azevedo, com Guilherme Studart (Abreu 1954: 139-188) - entre os anos de 1892-1922 - e com Rodolfo Garcia nos fornece indicações acerca do trabalho de anotação à *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Além das pistas documentais que perseguia, da quase decifração de algumas passagens da obra, a cartas contavam acerca do incêndio ocorrido em 1907 na Companhia Tipográfica do Brasil, onde se encontrava grande parte das anotações de Capistrano. A partir de então, coube somente a Rodolfo Garcia o prosseguimento da organização e das notas à volumosa obra do historiador sorocabano. De qualquer forma, Capistrano escreveu e publicou a nota preliminar do primeiro e único tomo desta obra no ano de 1906, sendo que trabalhava nesta investida desde 1902. A correspondência com João Lúcio de Azevedo nos mostra que Capistrano retomou as anotações à obra de Varnhagen em 1916, com vistas a uma nova edição de suas anotações. (Abreu 1954a: 12)

Em quinto lugar, a correspondência de Capistrano de Abreu, enviada para vários de seus correspondentes, nos insere no cotidiano de seu trabalho em torno da gramática e dos costumes das tribos bacairis e kaxinawás. Além das cartas, o texto “Os Bacaeris” (Abreu 1938: 217-274) e o prefácio à obra *Rã-txa hu-ni-ku-i – A Língua dos Caxinauás do Rio Ibuacú, Afluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá)* publicada em 1914, nos trazem importantes elementos acerca de seu trabalho de pesquisa sobre os hábitos e as línguas bacairi e kaxinawá⁴. As cartas de Capistrano de Abreu a um número variado de destinatários como, Luís Sombra (Abreu 1956: 17-65) ou João Lúcio de Azevedo, expunham, desde a intenção do trabalho do historiador, aos contatos diários que teve com seis índios, dentre eles, Irineu, que era bacairi, Borô (chamado de Vicente, por Capistrano) e Tux-i-ñi (tratado nas cartas de Capistrano como Tuxinin) que eram kaxinawás. Dos comentadores da vida e obra de Capistrano, observamos que, expressamente aqueles que tomaram contato com sua correspondência, fizeram um número maior de referências às experiências de Capistrano no contato diário com os índios. As cartas enviadas pelo historiador, possibilitam o fornecimento de um número maior de informações sobre estes trabalhos, além de dirimirem alguns equívocos observados nos textos de análises que se detiveram sobre o assunto⁵.

Na verdade, através da leitura da correspondência do historiador, podemos perceber que houve uma primeira fase de estudos sobre os bacairis, que se situou entre os anos de 1884, quando observamos o recebimento de duas cartas do professor Netkens de Matos e que versavam sobre a etnologia indígena (Abreu 1956: 113-119), e 1895, quando se deu a publicação do texto de Capistrano sobre esta tribo. Os trabalhos de Capistrano de Abreu sobre os bacairis, seriam retomados numa segunda fase que se situou entre 1915, quando o historiador iniciou uma revisão de seus estudos – por entender que muito ainda havia para ser feito –, e 1927, ano de seu falecimento. Esta segunda investida, diferentemente da anterior, não redundou em nenhuma espécie de publicação. A

⁴ Capistrano de Abreu publicou dois textos no *Jornal do Comércio* nos dias 25 de dezembro de 1911 e 7 e 14 de janeiro de 1912, com o nome de “Dois Depoimentos”.

⁵ Ronaldo Vainfas, por exemplo, em nota explicativa que dispôs na resenha que fez sobre *Capítulos de História Colonial*, incidiu em dois enganos. Em primeiro lugar, aponta que Capistrano teria passado a estudar bacairi de uma forma sistemática desde 1909. Em segundo lugar, leva o leitor a entender que em virtude destes estudos, veio Capistrano a publicar *Rã-txa Ru-ni-ku* (Sic). (Mota 1999: p.173).

leitura da correspondência de Capistrano possibilita que se perceba toda uma série de dificuldades, que passavam pela falta de tempo exclusivo de dedicação ao trabalho, e pelos problemas que concerniam às tipografias do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Tratou-se também de um período de fragilização, emocional e física, o que fazia com que Capistrano modificasse seus hábitos, impossibilitando-o de uma entrada mais profunda no trabalho. Os trabalhos de Capistrano em torno dos kaxinawás ocorreram entre 1909, quando se encontrava na fazenda Paraíso, propriedade de Virgílio Brígido, seu amigo, e que se localizava às margens do rio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, e 1914, ano em que se deu a publicação do referido livro. Tratou-se de uma investida mais segura cujo resultado, de uma forma ou de outra, foi positivo para o historiador.

Em sexto lugar, a correspondência contempla aspectos de sua pesquisa e, especialmente, do texto que elaborou para o Centro Industrial do Brasil sob o título de “Breves Traços da História do Brasil Colônia, Império e República”, e que fez parte da obra *O Brasil – Suas Riquezas Naturais*. No ano de 1907, este texto seria publicado como separata, com o título de *Capítulos de História Colonial*, a única obra de história *strito senso* publicada em vida de Capistrano de Abreu. Sua correspondência nos forneceu indicações de seus desejos de publicação uma segunda edição deste título, fato que não se realizou.

A correspondência se remete, não somente ao método de pesquisa de Capistrano de Abreu, mas também, aos esforços no sentido de editar alguns documentos que considerava capitais para a história do Brasil. De fato, Capistrano se referia muitas vezes ao trabalho de cópia de textos e manuscritos relativos aos assuntos que estudava, e que se encontravam em arquivos ou bibliotecas européias. Referia-se também às preocupações concernentes à publicação destes documentos no Brasil. É assim que, em meio à correspondência, Capistrano nos introduz a todo um procedimento de trabalho e edição de textos – qualidade do trabalho dos copistas; preços de seus serviços; editoras existentes no Rio e em São Paulo; preços e qualidade das edições; trabalhos de tipografias; forja dos tipos de ferro; precariedade das editoras e perfil dos editores; trabalhos dos alfarrabistas, etc. A leitura de algumas cartas, permite então, que nos aproximemos da prática editorial de Capistrano de Abreu, o que pode nos levar ao acesso relativo aos trabalhos de edição na virada para o século XX. O tema da impressão e da edição dos trabalhos que, tanto Capistrano quanto alguns de seus destinatários realizavam, esteve presente principalmente nas cartas de Capistrano de Abreu enviadas para João Lúcio de Azevedo, Paulo Prado e Lino de Assunção.

Da maneira com que Capistrano se relacionava com sua produção epistolar, somos introduzidos na complexidade de sua existência. De tal forma, não se pode dissociar seus estados de angústia promovidos pelas dificuldades impostas pelas instituições que se vinculava, pela tristeza propiciada por perdas familiares, pela felicidade juvenil quando do relato de uma descoberta considerada capital para a História do Brasil, dentre outros aspectos que se configuram. Num certo sentido, pela extensão de sua produção epistolar, pareceu-nos que Capistrano tenha buscado atingir um certo equilíbrio existencial, na medida em que se satisfazia na escrita de tantas missivas. Além disso, há um outro fator a ser pesado e que diz respeito à sociabilidade. Capistrano, evidentemente, tinha liberdade na escolha de seus correspondentes bem como dos assuntos que tratava. Nesse aspecto, as cartas são uma espécie de veículo de transmissão daquilo que mobilizava o historiador. Cumpriram também a função de interlocução subjetiva, na medida em que Capistrano se abria e se relativizava. As epístolas possibilitavam a canalização de sentimentos mais angustiantes ou difusos e permitiam a exploração das incertezas de Capistrano de Abreu. Num sentido, a imagem do “lobo da estepe”, criada por Brito Broca para introduzir alguns aspectos da vida de Capistrano de Abreu, vai se alterando, uma vez que o historiador se mostrava mais aberto em suas cartas.

Talvez uma das respostas cabíveis a questão inicial deste texto, quanto ao fato da dedicação incomum de Capistrano às cartas, seja a possibilidade de desabafo das incertezas que mais o atormentavam, fossem relacionadas ao trabalho ou a própria vida particular. Exercício indissociável de sua própria vida, a escrita de cartas pode ter preenchido o espaço que poderia ser destinado à elaboração de uma grande história do Brasil. Em última análise, a prática de escrita de epístolas, pode ter vindo como resposta a um sentimento de deslocamento frente à formalização dos conhecimentos históricos de Capistrano de Abreu. Arriscaríamos a dizer, que esta grande obra se encontra delineada nas intenções, incertezas e angústias que se acham com generosidade na correspondência do historiador. Obra, sem dúvida informal, mas que, talvez por essa mesma razão, permitiu que Capistrano a escrevesse mais à vontade, longe das exigências sociais, do carreirismo e das titulações superficiais. Uma vez inserida e associada invariavelmente ao interior da vida de Capistrano, a prática incisiva da escrita das cartas, pode revelar uma das soluções encontradas pelo autor frente aos seus dilemas mais profundos. E alguns destes, podem ser avaliados pela análise dos temas mais subjetivos que foram abordados na sua correspondência.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.
- _____. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Impresores M. Orosco & Cia, 1907.
- _____. *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*. Lisboa: Oficina Gráfica, 1946.
- _____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 volumes, 1ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, 2ª edição, com o acréscimo de novas cartas.
- _____. *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 1ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.
- _____. *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 2ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1932.
- _____. *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1938.
- _____. *Ensaio e Estudos*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. “Novas Cartas de Capistrano de Abreu”. *Revista de História*, São Paulo: nº 31, 1957.
- _____. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., Rua do Ouvidor, 66. Casas Filiais em São Paulo e Recife, 1900.
- _____. *Rã-txa Hu-ni-ku-i*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1914.
- AMOROSO, Marta Rosa, “Capistrano de Abreu e os índios” in REIS, Elisa, TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia e FRY, Peter, *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 1996.
- BROCA, Brito, *A vida literária no Brasil - 1900*. Introdução de Francisco de Assis Barbosa, Rio de Janeiro: 3ª edição, José Olympio, 1975.
- _____. *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas: Vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

- _____. (Sous la direction de), *La Correspondance: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Paris: Fayard, 1991.
- LIMA, Luíz Costa. *Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1981.
- MOTA, Lourenço Dantas (organizador), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- SALIBA, Elias Thomé, *As utopias românticas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- _____, “A dimensão cômica da vida privada na República” in SEVCENKO, Nicolau (org.), *História da Vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. “Capistrano de Abreu – historiador”, *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: vol. 221, 1953, 67-91.
- SOUZA, Laura de Mello e, “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial” in FREITAS, Marcos Cezar de (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, USF, 1998.
- RACINE, Nicole e TREBITSCH, Michel, (org.), “Sociabilites Intellectuelles: lieux, milieux reseaux”, *Les Cahier de L'IHTP*, n° 20, mars. Paris: CNRS, 1992
- TREBITSCH, Michel, “Correspondances d'intellectuels: les cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935 – 1947)”, in “Sociabilites Intellectuelles: lieux, milieux reseaux”, *Les Cahier de L'IHTP*, sous la direction de Nicole Racine et Michel Trebitsch, n° 20, mars. Paris: CNRS, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo, “Capítulos de História Colonial”, in MOTA, Lourenço Dantas (organizador), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999, 171-190.